

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Delto do Jorde

Class.: 111

Data: 07/03/80

Pg.: _____

ECOLOGIA

EDITORA: EUNICE HERAS GALVEZ

Redução do parque Yanomani gera protesto

BRASÍLIA (FT) — Em carta enviada ao ministro Andréazza, as entidades "Société des Americanistes", da França e a "Washington Office on Latin America", dos Estados Unidos, protestam contra a redução dos dois milhões de hectares no parque indígena Yanomami, anunciada pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, depois de sua visita a Roraima. Afirmam os antropólogos franceses e norte-americanos que "as recentes declarações do presidente da Funai nos parecem co locar em questão a própria sobrevivência física destes índios".

Para os antropólogos, a redução da área visa a beneficiar empresas mineradoras que têm interesse na serra dos Sucurucus e em Couto de Magalhães, área de maior concentração dos índios Yanomami, com cerca de quatro mil indivíduos. Na carta, os antropólogos observam que "a entrada de empresas mineradoras significa portanto uma diminuição certa, a curto prazo, de três mil e 800 índios destas áreas".

PROJETO

Além do protesto contra as medidas anunciadas pelo coronel Nobre da Veiga as entidades denunciam "os projetos legislativos do deputado Hélio Campos, que pretende expulsar os índios brasileiros de seus territórios quando situados em área de fronteira. Este projeto visa organizar uma verdadeira deportação, em particular dos índios Yanomami, cuja própria existência parece ser considerada um obstáculo ao desenvolvimento de ambições locais e particulares". As entidades pedem ao ministro que os limites do parque se mantenham inalteráveis, de acordo com a proposta apresentada à Funai em junho de 1979 e que sugere a criação de uma reserva com seis milhões e 400 mil hectares.

SEM COMENTÁRIOS

O governador de Roraima, brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, em entrevista concedida ontem afirmou que "não haverá qualquer alteração na área de Couto Magalhães". Disse ele ainda que a hidrelétrica a ser construída no Rio Cotingo, extremo Norte de Roraima, não atinge nenhuma área indígena, embora a região seja "habitat" natural dos índios Makuxi.

O brigadeiro não quis se manifestar sobre o projeto de lei do deputado Hélio Campos (que prevê a retirada dos grupos indígenas das faixas de fronteira) dizendo que "não tenho comentários, mais isto não significa que sou à favor".

Continua agressão à natureza

BRASÍLIA (FT) — O senador Evandro Carreira (Amazonas) é de opinião que as recentes enchentes no País — ao lado de fenômenos climáticos em diferentes partes do mundo — devem soar aos nossos ouvidos como uma advertência: ou o homem pára para repensar o que se convencionou chamar de desenvolvimento, ou vai pagar um alto preço por sua contínua agressão à natureza.

Entende o parlamentar que esses fenômenos têm como origem básica a sequência milenar de insultos do homem à natureza, um processo que, em nome do progresso, é cada vez maior no Brasil, onde agora até a floresta amazônica — a maior

reserva natural do mundo — não escapa à predação humana.

COMPORTAMENTO NATURISTA

Discorrendo longamente sobre as origens do mundo e do universo — na sua opinião um milagre divino —, Evandro Carreira lamentou, em especial, que os brasileiros estejam hoje muito mais preocupados em discutir o sexo dos anjos, se devem ter dois, cinco ou dez partidos políticos, do que cuidar do problema mais importante, que é a conservação da natureza.

Essa ausência de comportamento naturista entre nós — um dos poucos países em que a natureza ainda se oferece em estado de equilíbrio biológico — parece imperdoável ao parlamentar amazonense. Porque será pela omissão nesse campo — entende — que a Amazônia poderá ser um dia um novo deserto do Saara.

Antes que seja tarde demais, portanto, Carreira propõe que os brasileiros — em especial as Forças Armadas, através de seus estabelecimentos de estudos superiores — se detinham por alguns instantes na corrida tecnológica imposta pelo progresso e se perguntem: o destruição rápida dos nossos recursos naturais não será um "perigo de guerra" muito mais presente, muito maior do que a subversão? Será que a dívida externa é mais importante do que a preservação e exploração racional de tudo aquilo que a floresta amazônica pode oferecer?

Conferência sobre "Habitat"

BRASÍLIA (FT) — Durante a conferência do Seminário sobre Desenvolvimento Urbano em Cidades de Porte Médio, em Juiz de Fora, o assessor do presidente da Feema do Rio de Janeiro e secretário-geral do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, dr. João Ricardo Batista Serran, ressaltou a conferência de 1976, sobre o "Habitat", realizada pela ONU, em que o conferencista Enrique Pelanoza admitiu que a humanidade teria que construir algo como três mil cidades com 1 milhão de habitantes, em 25 anos, mas que sua experiência anterior não somava mais que 300 cidades de mais de 1 milhão de habitantes.

"Considerando esse raciocínio para o Brasil, no mesmo período — analisa Batista Serran — teriam que nascer dez São Paulos, ou 100 Fortalezas, ou 200 de 500 mil ou 500 de 200 mil para abrigar os novos 100 milhões de brasileiros que surgirão entre 1975 e o ano 2000".

"A agressão do homem ao meio ambiente tende apenas a se tornar cada vez mais crítica, já que a poluição ambiental tende a crescer com o avanço tecnológico da humanidade. Isto é, o homem criou apenas uma tecnologia de produção mas não criou até agora, uma tecnologia de destruição, capaz de livrá-lo dos rejeitos poluentes". Foi com esta plataforma que o dr. João Luiz de Barreto, consultor em Administração Municipal, apresentou sua visão acerca do desenvolvimento industrial e o seu impacto sobre o meio ambiente, no mesmo conclave.

O programa de apoio ao desenvolvimento das cidades de porte médio, trabalha no sentido de encaminhar parte dos fluxos migratórios internos para

as cidades que apresentem alternativas viáveis de crescimento e progresso, segundo as concepções governamentais. Estas ações se processam através de setores governamentais, sob a coordenação do ministério do Interior, que está promovendo em Juiz de Fora o primeiro seminário brasileiro sobre o assunto, em cooperação com a prefeitura daquela cidade. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, órgão interministerial presidido pelo ministro Mário Andréazza, do Interior, no vértice das entidades promotoras, recolhe a experiência trazida pelos técnicos e a contribuição acrescentada pelos debates, para a definição de uma política de desenvolvimento urbano, a ser aplicada não só na solução dos graves problemas das grandes metrópoles, que estão na extremidade final dos fluxos migratórios internos, como no encaminhamento de providências que tendam a fixar o homem nas suas regiões de origem, criando condições de permanência nas terras semi-áridas do Nordeste ou superúmidas da Amazônia.

PROBLEMA HABITACIONAL

A implantação de pequenas comunidades é a solução imperiosa para o campo, segundo o pensamento expresso pelo dr. Omar Akel, assessor técnico do Cohab de Curitiba.

No seu entender, os fluxos migratórios devem ser detidos já a partir do campo e das cidades pequenas, por exemplo: "para 100 proprietários rurais devem ser construídas 100 habitações, e devem ser entregues antes que obras do Governo, tais como saneamento, abertura de estradas etc., venham valorizar a área e, dessa forma expô-la à sanha crescente de especuladores".

Segundo a visão do dr. Akel, os programas habitacionais nas cidades, notadamente nos grandes centros, deveriam orientar-se no sentido de associar-se à construção de habitações e à existência de uma infraestrutura econômica de sustentação dos mutuários, sem a qual os conjuntos habitacionais acabariam caindo no vazio, abandonados por seus moradores em busca de locais onde pudessem sobreviver — e entregues aos eternos aproveitadores, que se locupletariam da valorização. Isto é particularmente sensível pelas populações de baixa renda, para as quais tem se dirigido o melhor do esforço governamental no campo dos programas habitacionais.

O mais sério problema dos municípios está no fato de que apenas 9% da renda arrecadada no município, nele permanece o que deixa as prefeituras em situação de permanente penúria. "O poder público tem que agir com o programa de distribuição de terras, produção e renda, a fim de permitir que as populações desses municípios participem no progresso nacional".

Projeto Jaraqui

MANAUS (FT) — Será lançado oficialmente no próximo dia 26, o Projeto Jaraqui, idealizado pelo professor Frederico Arruda, da Universidade do Amazonas, quando será lançado também o

Dia Nacional da Amazônia. O projeto tem por objetivo estimular e orientar o desenvolvimento de uma consciência conservacionista na comunidade.

O projeto Jaraqui, que visa ainda a organização de um banco de dados sobre a floresta amazônica, a partir de um levantamento dos conhecimentos tradicionais das comunidades caboclas, e indígenas, é aberto a toda a população.

No momento, entre professores da Universidade do Amazonas, estudantes e pessoas ligadas a outros setores da sociedade o projeto Jaraqui, já tem um fórum de debates.

No dia 26, as entidades de defesa da Amazônia, irão realizar manifestações em todo o País, com o lançamento oficial do Projeto Jaraqui, que abrange aspectos ecológicos, fauna, flora, caça, pesca, agricultura e etnobotânica. Participam do projeto vários órgãos estaduais e federais.

O projeto prevê a duração de quatro anos e tem como fontes os recursos, a Organização do ONU para Educação Ciência e Cultura, Banco da Amazônia, e Superintendência da Zona Franca de Manaus.